II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

Eixo temático: 12. A significação da subjetividade em diversos campos: direito, organizações, trabalho comunitário e outros.

Título

SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!

Rogério Zanon da Silveira, Universidade Federal do Espírito Santo, rogerio.silveira@ufes.br

Resumo

“A mesa de negociação da gestão metropolitana é mesa de cessão, e não de ganho”. Com essas palavras, um dos participantes da pesquisa que abordou as “configurações subjetivas na gestão metropolitana em Vitória – ES”, em 2014 e 2015, resumiu o seu significado do que deve ser a busca de entendimento com vistas a soluções de problemas comuns numa comunidade metropolitana. Este artigo, apresentado na forma de ensaio teórico, é fruto dessa pesquisa que redundou em tese de doutorado. Um conceito fundamental utilizado para a construção da tese foi o de subjetividade social, no qual está envolvida a ideia de subjetividade política. O objetivo deste artigo é refletir sobre prismas epistemológicos no campo da subjetividade, com aporte de acepções de subjetividade social e subjetividade política, que possam concorrer para a produção de novos modos de pensar e de agir em busca de desenvolvimento da gestão da metrópole. Que possam concorrer em direção a uma gestão baseada na política, na autonomia, na ação e na reflexão: na concepção de sujeito. As reflexões desenvolvidas têm como referencial a teoria da subjetividade, com ênfase na acepção de subjetividade social. Perspectivas teóricas assumidas neste estudo implicam questionar, por exemplo, propostas de implantação de uma administração metropolitana que substitua ou suplemente administrações municipais em cidades metropolitanas no Brasil. Implica questionar ainda arranjos de gestão implantados de forma preponderantemente heterônoma e centralizados, como o são arranjos centrados na função de governador estadual. Os resultados da pesquisa desvelaram o potencial da teoria da subjetividade na concepção de F. L. González Rey para abertura de novos horizontes para a compreensão de problemas de diferentes dimensões no campo da administração, no que está envolvido o tema da gestão metropolitana.

BRASÍLIA, 22 a 25 DE OUTUBRO DE 2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

Questão para debate: Quais expressões da teoria da subjetividade se apresentam mais significativas para os estudos de espaços de organização social, como é o caso do espaço da gestão metropolitana, de instituições, de organizações públicas e privadas, etc?

Palavras-chave: subjetividade; gestão metropolitana; subjetividade social; subjetividade política.

INTRODUÇÃO

Mesmo que os estudos organizacionais tenham crescido significativamente nos últimos trinta anos no Brasil, esse crescimento teve como base especialmente a ortodoxia funcionalista, o que decorre, na opinião de Caldas (2005), da falta de conhecimento acerca de conhecimentos alternativos ao funcionalismo. Outras abordagens, como as vertentes subjetivistas e críticas, começaram a aparecer principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, acompanhando o que estava acontecendo em muitos países europeus. Entretanto, mesmo com esse crescimento, o funcionalismo continuou a expandir sua hegemonia no campo dos estudos organizacionais. As abordagens interpretativas, ao abrigarem pensamentos e teorias que defendem que o mundo social não pode ser compreendido da mesma forma como se estudam o mundo natural e o físico, confrontam essa hegemonia ao questionar o funcionalismo em sua base (CALDAS, 2005).

Abordagens interpretativas vêm crescendo desde o final da década de 1970, acompanhadas de estudos críticos e pós-modernos que se expandiram principalmente depois da década de 1980. Essencialmente, abordagens interpretativas confrontam o objetivismo enraizado na doutrina funcionalista, “[...] enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social”, como enfatizam Vergara e Caldas (2005, p. 66). Nesse debate subjetividade versus objetividade estão teorias que podem ser situadas num ou noutro campo.

Este ensaio teórico situa-se nesse debate, quando seu autor busca posicionamento na vertente interpretativa e crítica (BURREL e MORGAN, 1979) no campo dos estudos organizacionais. O objetivo deste artigo é refletir sobre prismas epistemológicos no campo da subjetividade,

**BRASÍLIA, 22 a 25 DE OUTUBRO DE 2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB**

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

com aporte de acepções de subjetividade social e subjetividade política, que possam concorrer para a produção de novos modos de pensar e de agir em busca de desenvolvimento da gestão da metrópole.

As ideias de González Rey (2003) nascem da concepção de sujeito e de subjetividade a partir de uma compreensão histórico-cultural do ser humano, com a ideia de que a produção de subjetividade se dá nos níveis individual e social simultaneamente. Trata-se de uma *inovadora* acepção de subjetividade que abre potencial enorme de pesquisa no campo dos estudos organizacionais, como vislumbram Paes de Paula e Palassi (2007), face à possibilidade de compreensão da vida organizacional como espaço de produção de subjetividade.

A teoria da subjetividade vem ganhando espaço em pesquisas científicas em diversos campos no Brasil, e entre eles está o da Administração. No caso deste ensaio, o foco está na administração pública, especificamente no espaço social e político da gestão urbana e metropolitana. A ênfase é na acepção de subjetividade social e no conceito de configuração subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2003; 2011) para interpretar informações e expressões que compõem a subjetividade que envolve os processos de construção dos arranjos de gestão metropolitana de Vitória. O foco é o estudo da subjetividade das pessoas envolvidas no processo de construção ou de tentativa de construção de gestão para a metrópole e, por meio desse estudo, compreender aproximadamente a realidade histórica e cultural resultante dos processos dessa construção.

A SUBJETIVIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Durante o desenvolvimento de uma teoria da subjetividade, Fernando Luis González Rey parte da compreensão de que o ser humano é constituído a partir de sua reflexibilidade durante sua história de vida, processo durante o qual seu pensamento atua por meio de situações que provoquem sua emoção. Por meio de sua reflexibilidade, o sujeito intervém na produção de sua própria subjetividade e na constituição subjetiva dos espaços sociais em que atua, a partir de onde intervém também em outros espaços sociais. O espaço político na democracia em que participam não somente os representantes políticos eleitos, mas gestores públicos, servidores, representantes dos movimentos sociais e tantas outras pessoas, configura-se em meio terreno

BRASÍLIA, 22 a 25 DE OUTUBRO DE 2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

abundante para exploração de zonas de sentido para obtenção de informações e construção de conhecimento.

Da concepção de sujeito de González Rey (2003), o sujeito de pensamento, emoção e linguagem, emerge o sujeito reflexivo e participativo. A subjetividade entendida numa perspectiva histórico-cultural rompe com a visão que restringe a subjetividade ao intrapsíquico. A Teoria da Subjetividade desenvolvida por González Rey (2003, p. 240) “[...] se orienta para uma apresentação da subjetividade que em todo o momento se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, em que o momento individual está representado por um sujeito comprometido permanentemente no processo de suas práticas sociais, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos”. Na obra *Sujeito e Subjetividade*, González Rey (2003) defende um conceito de subjetividade que não guarda relação com o conceito desenvolvido em algumas correntes filosóficas da modernidade:

A subjetividade [...] é um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social. Essa visão da subjetividade está apoiada com particular força no conceito de sentido subjetivo, que representa a forma essencial dos processos de subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2003, p. IX).

A acepção de sentido está associada ao processo da atividade do homem em seus diversos ambientes de ação. Sentido subjetivo é compreendido como “[...] a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 127). Os sentidos subjetivos são produzidos nas diferentes zonas ou espaços do social e estão presentes em qualquer experiência social concreta. A subjetividade social, entendida como sistema de sentidos subjetivos, permite estudar a sociedade por meio de diferentes processos, “que, em momentos anteriores do desenvolvimento da psicologia, representaram campos específicos da psicologia aplicada, frequentemente isolados entre si. O conceito de sentido subjetivo dá particular sustentação à concepção de subjetividade desenvolvida por F. L. González Rey. A subjetividade é legitimada pelo fato de ser “[...] uma produção de sentidos subjetivos que transcende toda a influência linear e direta de outros sistemas da realidade” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 22).

BRASÍLIA, 22 a 25 DE OUTUBRO DE 2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

González Rey (2003) considera a necessidade de superar a visão mecanicista de ver cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos separados e passar a vê-los como fenômenos que se integram. É nesse esforço teórico de integração do individual com o social que surge a aceitação de subjetividade social.

Tenho estabelecido em trabalhos precedentes o conceito de subjetividade social (1993, 1996, 1997), cujos fenômenos, de uma forma ou de outra, têm sido objeto de atenção de vários autores, entre os quais considero como especialmente relevantes Castoriadis e Guattari. **O conceito de subjetividade social nos permite compreender a dimensão subjetiva dos diferentes processos e instituições sociais, assim como o da rede complexa do social nos diferentes contextos em que ela se organiza através da história (gn).** Esta visão facilita transcender a divisão dicotômica entre o social e o subjetivo, assim como da dicotomia entre o individual e o social (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 78).

Ao se inserir nesse complexo sistema de configuração subjetiva, a subjetividade gerada no campo da política, por exemplo, influencia e é simultaneamente influenciada pelos diversos espaços que compõem o tecido social, como a família, a religião, os estudos, o trabalho e tantos outros. Dessa mesma forma, as condições objetivas de existência nas organizações e instituições constituem fenômenos subjetivos produzidos socialmente e, ao mesmo tempo, são constituídos por eles. A subjetividade individual dos representantes políticos, gestores e servidores envolvidos na gestão metropolitana, por exemplo, está atravessada de forma permanente pela subjetividade social, que, por sua vez, aparece constituída de forma diferenciada em cada um deles. Na configuração da subjetividade social estão inter-relacionados variados fenômenos sociais, como

[...] mitos, humor, formas habituais de pensamento, códigos morais, códigos emocionais de relação, comportamentos institucionalizados, a organização do sentido comum, os códigos emocionais de relação, a organização social dos repertórios de resposta, a linguagem, as representações sociais, os discursos, os comportamentos institucionalizados, etc. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 131).

Essa complexa rede de significados gerados em espaços e em variados elementos do convívio social, que formam a subjetividade, remete à reflexão de que “[...] as sociedades humanas não podem ser explicadas apenas por suas condições objetivas de existência” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 104). A gestão da metrópole, por exemplo, por ser um fenômeno importante no complexo sistema de significados gerador de subjetividade, de forma análoga, não pode ser

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

explicada simplesmente a partir de fatores objetivos que a envolvem. As experiências vividas pelos sujeitos no âmbito de sua cidadania produzem em todo momento sentidos subjetivos, configurando e reconfigurando a subjetividade social e sua própria subjetividade.

SUBJETIVIDADE SOCIAL E SUBJETIVIDADE POLÍTICA NA GESTÃO METROPOLITANA

No imaginário *moderno*, a definição de sujeito se sustenta na força de sua razão e na linguagem com que nomeia o que se passa pela razão. Nessa definição, o sujeito é o ser humano abstrato separado do outro, do mundo e de suas próprias abstrações, do que advém um sujeito vazio, sem história e sem concreções. É, assim, um sujeito coisificado, objetivado, alienado, que perde sua historicidade, sua ação e sua mudança e transformação. “O sujeito racional que se define a partir de seus ideais de perfeição perde sua própria natureza tensional, conflitante, vital, complexa” (ALVARADO, OSPINA e MUÑOZ, 2008, p. 26). Essa acepção de ser humano, que se encarna na configuração modernidade, racionalidade e economia baseada no modo de acumulação capitalista, desgasta a noção de sujeito, implicando desgastes igualmente sérios em diversas dimensões associadas a valores humanos, como o são os valores da igualdade, da ética, da liberdade, da cooperação e da política.

Esse discurso *moderno* de sujeito corrói a noção de sujeitos compreendidos como seres humanos dotados de pensamento, criação, participação, emoção e linguagem (GONZÁLEZ REY, 2005); e de seres humanos ativos, reflexivos, políticos e criadores (CASTORIADIS, 2007). Ou, ao invés de sujeito, “[...] melhor falar em componentes de subjetivação trabalhando, cada um, mais ou menos por conta própria” (GUATARRI, 1990, p. 17), mas sempre na perspectiva de que “[...] somos todos sujeitos, já que é possível descobrir a marca do sujeito em todos os indivíduos” (TOURAINÉ, 2006, p. 129).

É nesse veio crítico que se busca sustentação para reflexões sobre subjetividade política apresentadas neste trabalho, no sentido de que o resgate da acepção da política passa pelo resgate da acepção de sujeito que se perde com o advento do discurso da sociedade moderna, racional e capitalista que se hegemoniza especialmente a partir do século XIX. Passa pelo

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

resgate do sujeito que foi deixado de lado pela própria psicologia em sua busca de reconhecimento entre as ciências, quando tenta

[...] abandonar seu substrato filosófico e adota métodos das ciências naturais, o que condiciona a negação da subjetividade. A Psicologia se desenvolve carregando as marcas do positivismo e sofre influências também presentes no desenvolvimento das ciências no século XIX (MOTTA e URT, 2009, p. 621).

A acepção de subjetividade política está sustentada, assim, na acepção de subjetividade, vocábulo que, de forma geral, segundo Furtado (2007), vem sendo utilizado para fazer referência a fenômenos humanos que escapam à objetividade, mas também na psicologia para se referir à produção psíquica. Para o autor, González Rey (2005) é um psicólogo social que tem se dedicado “[...] a construir uma definição de subjetividade” no campo da psicologia atual. É nesse esforço intelectual que surge o conceito de subjetividade social (GONZÁLEZ REY; 2003; 2005) que sustenta esta tese, dentro do qual se insere a noção de subjetividade política. Ao longo dos últimos anos, González Rey (2005) vem assumindo interesse especial pelo tema da subjetividade política, notadamente no que tange à associação entre os sentidos subjetivos e o político.

Menciona, por exemplo, que a política no Brasil, assim como em outras partes do mundo, se alimenta de aspectos contextuais e históricos. Suas reflexões têm inspiração em pensadores sociais que aportaram reflexões com implicações sociais profundas, destacando Pierre-Felix Guattari e Cornelius Castoriadis. Segundo González Rey (2005, p. 97), “[...] tanto Guattari quanto Castoriadis realizam seu trabalho dentro de um referencial psicanalítico; contudo, ambos criticam o universalismo totalizador das construções freudianas e lacanianas, e empreendem caminhos novos de construção teórica [...]”.

Ainda em relação ao desenvolvimento de uma acepção de subjetividade política, a teoria do imaginário de Castoriadis (1982) é particularmente contributiva. Motta e Urt (2009) expõem que o pensamento de Cornelius Castoriadis se desenvolve a partir de princípios filosóficos de Karl Marx, mas a partir dos quais vai desenvolver críticas ao marxismo. Conceitos marxistas fundamentais são contestados por ele, como a concepção de estruturalismo e de alienação, já

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

que para C. Castoriadis, a pessoa ou um trabalhador pensa e age em seus espaços de atuação, onde desenvolve possibilidades de resistência e de organização.

Levando essa compreensão para o campo da gestão metropolitana e pensando a expressão cidadão metropolitano, equivaleria a dizer que as pessoas compreendidas nesse espaço social também pensam e agem a seu modo e conforme os recursos de que dispõem, com vistas à organização social desses espaços. Nessa trajetória, a partir da dimensão da autonomia, a acepção de imaginário - categoria central do pensamento de Castoriadis (1982) que abrange com profundidade o ser humano, a sociedade e sua organização – se associa ao desenvolvimento do conceito de subjetividade social e de subjetividade política. Com a categoria de imaginário, Castoriadis (1982)

delinea a existência de estruturas significantes e de significados que não respondem ao real, assim como também não têm a função de ajudar a pensar o real: são formas de organizações simbólicas e de sentido, que formam um fim em si mesmas, e que geram sentido, coesão e organização dentro do complexo tecido social. O imaginário social é uma criação humana, seu valor está no sentido que gera para os sujeitos que o compartilham, e não na designação de um fenômeno real externo ao sujeito (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 104).

Para González Rey (2005), essa construção teórica de imaginário social remete a um fenômeno da subjetividade social e retoma a ideia de que as sociedades humanas não podem ser compreendidas tão somente a partir de suas condições objetivas de existência, já que fenômenos subjetivos que são construídos socialmente são também responsáveis pela forma de organização social de determinado espaço. Isso pode levar a pensar que a realidade social e a organização social e política do espaço metropolitano não são passíveis de serem compreendidos apenas a partir de suas condições objetivas.

Da mesma forma, a realidade e a organização metropolitana não são passíveis de serem compreendidas somente a partir de suas condições atuais. Desconsiderar a subjetividade social e política que conforma esses espaços, bem como desconsiderar seu passado ou configurações histórico-culturais determinantes para a condição atual desses espaços, significa comprometer o seu futuro, ou melhor, comprometer a criação, o planejamento e a construção desse novo futuro. Transpondo para o tema desta tese, significa comprometer a própria gestão da metrópole

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

e seu futuro. A acepção de imaginário social de Cornelius Castoriadis está assentada firmemente na questão da autonomia, ideia que está relacionada à capacidade dos seres humanos para criarem e instituírem o seu próprio mundo; capacidade que têm de questionarem, reverem e recriarem as próprias leis a que estão submetidos. É especialmente instrutivo o entendimento de Fressard (2006) sobre a acepção de imaginário social, significando-a de *la potencia de inventar de los pueblos*.

En primer lugar, el imaginario social viene a caracterizar las sociedades humanas como creación ontológica de un modo de ser sui generis, absolutamente irreducible al de otros entes. Designa, también, al mundo singular una y otra vez creado por una sociedad como su mundo propio. [...] En efecto, toda sociedad contiene en sí misma una potencia de alteridad. Siempre existe según un doble modo: el modo de “lo instituido”, estabilización relativa de un conjunto de instituciones, y el modo de “lo instituyente”, la dinámica que impulsa su transformación (FRESSARD, 2006, p. 1).

Numa entrevista, F. L. González Rey (GOMES e GONZÁLEZ REY, 2012) expõe seu entendimento de subjetividade política como parte de um momento de uma subjetividade social, podendo estar atravessada ao mesmo tempo por muitos componentes da subjetividade social. O autor cita, por exemplo, o imaginário coronelista que impregnou e ainda permeia a política e a gestão pública brasileira, tema pesquisado por muitos estudiosos. A subjetividade política seria vista, assim, como uma produção da subjetividade social, com especificações importantes que valem à pena ser estudadas e que se convertem em um campo valioso de conhecimento.

Porque cuando hablamos de subjetividade política, en ella está la religión, están las creencias, están los mitos de un determinado país, están una cantidad de cosas que en sentido estricto no forman parte de la actividad de la organización política. Esa subjetividade política son síntesis de una subjetividade social con desdobramentos infinitos, de ahí que me cuesta trabajo seccionar la subjetividade, decir que esto es dominio de la subjetividade política (GÓMEZ e GONZÁLEZ REY, 2012, p. 376).

Assim como em outros elementos constituintes da organização social e política, a gestão metropolitana e seu processo de construção e desenvolvimento estão entranhados por subjetividades ou configurações subjetivas histórico-culturais que conformam sua realidade atual. Contudo, uma questão essencial é que esses elementos estão sofrendo processos permanentes de transformação, bem como outros estão sendo criados. Assim, as expressões imaginário social, subjetividade social e subjetividade política, por exemplo, não se prestam

BRASÍLIA, 22 a 25 DE OUTUBRO DE 2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

apenas à compreensão de como se deu a construção da gestão de espaços metropolitanos e como está sua situação atual, mas se apresentam sobretudo essenciais para os processos de transformação social e de criação nesses espaços sociais, em suas diversas dimensões, sendo a gestão e a organização do espaço social uma delas.

POR NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA

O que se vislumbra a partir das reflexões apresentadas neste ensaio, que têm como pano de fundo o estudo da gestão metropolitana sob o prisma da subjetividade, é contribuir para produção de sentidos e de novos modos de pensar e agir no âmbito da administração pública. Especificamente no que tange à gestão da metrópole, uma produção de sentidos orientada a transpor barreiras simbólicas que dificultam seu desenvolvimento. Isso com vistas à construção de novas realidades de gestão baseadas em valores cooperativos e contribuintes do desenvolvimento de institucionalidades efetivas e duradouras, voltadas ao interesse comum.

A ideia de resgate do sujeito se insere no bojo da ideia de produção de novas subjetividades. O cidadão é o sujeito. A noção de cidadão metropolitano, então, não é a de cidadão comum, alienado e não-participativo. A utilidade da noção de sujeito e do resgate dessa noção se insere na compreensão do problema da gestão metropolitana, especialmente para confrontar o senso comum de que cabe tão somente aos líderes do mercado e às lideranças políticas decidir sobre o presente e sobre o futuro do espaço social metropolitano.

É nesse bojo que se inserem visões críticas desenvolvidas neste trabalho em relação ao ideário de mercado e ao de representação. Se ambos se apresentam muitas vezes como meio de reprodução de interesses dominantes, é possível afirmar que, na democracia representativa, residem traços especiais de autonomia, alguns inclusive de democracia direta e, nisso, ela pende para a concepção original de democracia: para o lado do diálogo em busca do interesse comum. Perspectivas teóricas assumidas neste estudo implicam questionar, por exemplo, arranjos implantados de forma preponderantemente heterônoma e centralizados.

No que tange à perspectiva epistemológica e metodológica adotada, a teoria da subjetividade e a epistemologia qualitativa, os resultados da pesquisa mostraram seu potencial para o estudo de

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

problemas análogos em espaços sociais de administração pública. A teoria da subjetividade na concepção de F. L. González Rey abre novos horizontes para a compreensão de problemas de diferentes dimensões no campo da administração, a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Considera-se o estudo da subjetividade das pessoas envolvidas em determinado problema organizacional pesquisado via promissora à obtenção de respostas para problemas de pesquisa em organizações, e com vistas ao desenvolvimento de novas subjetividades nesses espaços; de “novos” *sujeitos*; de “novas” organizações fincadas em valores como autonomia e emancipação.

A relação entre política, gestão pública e subjetividade pode ser entendida pelo fato de que os espaços da política e da administração pública são indissociáveis de quaisquer outros espaços sociais que compõem o complexo sistema de significados que dão sentido à existência do sujeito, além do que, nessa relação, estão entranhadas configurações culturais e históricas que de uma maneira ou de outra influenciam decisões no âmbito da administração pública, no que está inserido o tema da gestão metropolitana.

A expectativa é que essas reflexões contribuam para outras análogas e para a compreensão aproximada do problema de como gerir o espaço metropolitano, abrindo caminho para discussões e tomadas de decisões no sentido de produção de novos sentidos subjetivos que redundarão em novas configurações subjetivas favoráveis ao desenvolvimento de uma gestão metropolitana baseada em valores como política, autonomia, cooperação.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, S. V.; OSPINA, H. F.; MUÑOZ, G. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en jóvenes. **Revista Argentina de Sociologia**, v. 6, n. 11, ISSN 1667-9261, p. 19-43 set. 2008.

BURREL, M.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, Miguel. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 53-7, jan./mar. 2005.

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

CASTORIADIS, C. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRESSARD, O. El imaginário social o la potencia de inventar de los pueblos. Revista Transversales, 2, 2006. Disponível em: < <http://www.fundanin.org/fressard.htm> > Acesso em: 16 jan. 2013.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. M.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 75-93.

GONZÁLEZ REY, F. L.. **El pensamiento de Vigotsky**. Mexico: Editorial Trillas, 2011.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. **La Investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos**. São Paulo: Educ, 1999.

GOMEZ, Á. D.; GONZÁLEZ REY, F. L. Subjetividad política y psicologías sociales críticas en Latinoamérica: ideas a dos voces. Universitas **Psychologica**, Bogotá, v. 11, n. 1, p. 325-37, Enero-Marzo, 2012.

_____. Subjetividad: una perspectiva histórico cultural. Conversación con el psicólogo cubano Fernando González Rey. **Universitas Psychologica**, Univ. Psychol. Bogotá (Colômbia), 4 (3): 373-383, octubre-diciembre de 2005. Disponível em: <http://sparta.javeriana.edu.co/psicologia/publicaciones/actualizarrevista/archivos/V4N310subjetividad.pdf> > Acesso em 16 jan. 2013.

GUATTARI, F.. **As três ecologias**. 20ª ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009.

MOTTA, M. A. A. da; URT, S. da C. Pensando o sujeito: um diálogo entre Castoriadis e González Rey. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 621-9, out./dez. 2009.

PAES DE PAULA, A. P.; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Orgs.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 199-228.

II Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Subjetividade

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. **Paradigma interpretacionista**: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

BRASÍLIA, 22 a 25 DE OUTUBRO DE 2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB